

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.564 - SP (2018/0268463-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : JOSE ISMAEL SANTANA  
**ADVOGADOS** : CIBELE CARVALHO BRAGA - SP158044  
RUBENS RODRIGUES FRANCISCO - SP347767  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 31 DA LEI 8.213/91. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 88):

Acidente do trabalho - Autor aposentado por tempo de contribuição  
Pretensão de concessão de auxílio-acidente - Impossibilidade Inteligência do art. 86, §2º, da Lei nº 9.258/97, mormente diante da ausência de qualquer comprovação de que a moléstia tenha atingido patamar incapacitante sob a égide da legislação anterior - Improcedência corretamente decretada - Recurso improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões de sua irresignação, o recorrente sustenta ofensa ao artigo 31 da Lei 8.213/91 e dissídio jurisprudencial, ao argumento de que faz jus à incorporação do valor referente ao auxílio-acidente à sua aposentadoria, tendo em vista a eclosão de moléstia incapacitante decorrente do trabalho à época em que estava ativo.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 119.

É o relatório. Passo a decidir.

A insurgência não merece obter êxito.

Sob esse enfoque, vale colacionar o trecho das razões recursais em que se alega a violação ao artigo 31 da Lei 8.213/91 (fl. 111, grifos no original):

[...]

Em que pese o notório conhecimento dos Ilustres Desembargadores que compõem a 17ª Câmara de Direito Público, não merece prosperar sua r. decisão, pelos motivos adiante expostos, que buscam demonstrar a necessidade da reforma do V. *decisum*.

*Data maxima venia*, como se denota-se houve afronta a lei federal 8213/91, em seu artigo 31, pois o texto da lei é claro -

**"Art. 31. O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário -de - contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria, observado, no que couber, o disposto no art. 29 e no art. 86, § 5º. (Restabelecido com nova redação pela Lei nº 9.528, de 1997)"**

O recorrente ao contrário do decidido pelos Nobres

Desembargadores entende, que não existe OBICE LEGAL e sim obrigação do INSS em atentar para o disposto no art 31 do mesmo Codex..., **demonstrada assim a violação na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.**

[...]

Como se percebe, o recorrente apresentou argumentos genéricos, vagos a respeito da suposta ofensa aludido dispositivo, e que se encontram dissociados dos fundamentos aplicados pelo acórdão recorrido, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

A propósito (grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. [...]

**II - A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. [...]**

VI - Agravo Interno improvido. (AgInt nos EDcl no REsp 1587879/AL, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 09/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. PROPORCIONALIDADE. DESCABIMENTO. LIMITAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DA GDARA. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. [...]

**III - A indicação de violação do art. 186 da Lei n. 8.112/90, quando realizada de forma genérica, sem questionar os aspectos mais salientes da fundamentação do acórdão recorrido e sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula, caracteriza deficiência desta parcela recursal. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.**

IV - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1656293/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 11/10/2017)

No mais, o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, §1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, pois não realizado o devido cotejo analítico. Imprescindível a apresentação objetiva do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como suficiente, a simples transcrição de ementa ou voto.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial. Incabível a aplicação do artigo 85, §11, à hipótese, tendo em vista que não foram fixados honorários advocatícios nas instâncias ordinárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

